

VOTE CHAPA 3

PARIDADE EFETIVA E VALORIZAÇÃO



APOIAMOS!



Rose Ane Augusto Mariano



Paulo Ramos Filho



Antônio Gonçalves Jr. (Toninho)



Luiz Carlos Alves



Gilberto Lazzarotto de Oliveira



David Ramos Campos



Ariovaldo Cirelo



Eziquiel Rodrigues de Costa



Manoel Rodrigues Moreira



Maria Beatriz Fernandes Branco (BIA)



Plínio Rodrigues Lima



Benedito Rodrigues da Costa



Franklin Emydio Ribeiro



Marinalva Braghini (NANA)



Marcelo de Athayde Ferreira



Margarida Lopes de Araújo



Maria do Carmo Lopes e Silva



José Carlos Nogueira Ribeiro



Luiz Carlos Pinto



José Mario Ribeiro da Costa



José Vianey Feitosa



Rosana Marques Paulon



Sérgio Furlan



Teresinha Pinheiro



Luis Sales Barbosa



Maria Terezinha Cruzeiro Calderon



Rosely M. Gavinho (Rose Gavinho)



Celeste A. S. Trevizani

UNIÃO DA CATEGORIA - VALORIZAÇÃO DO CARGO - MANUTENÇÃO DA PARIDADE ENTRE ATIVOS E APOSENTADOS - BÔNUS IGUALITÁRIO, SEM DIMINUIR O BÔNUS DOS ATIVOS - REAJUSTE DO VENCIMENTO BÁSICO PARA ATIVOS E APOSENTADOS - LUTAR PELO TETO CONSTITUCIONAL DA CATEGORIA - APROVAÇÃO DA PEC 555/2006 E DA PEC 06/2024

FRENTE PELA PARIDADE APOIA A CHAPA 3!

CONHEÇA A NOSSA PRESIDENTE

ROSE ANE AUGUSTO MARIANO DS São Paulo - Aposentada

Formação: Ciências Contábeis (FEA-USP), Direito (USP), Mestrado em Direito Tributário (USP) Dissertação: A Tributação da Unidade Familiar pelo Imposto de Renda, Doutoranda em Direito Internacional do Meio Ambiente (USP), Curso de Extensão em Psicologia (FMU), professora de Direito em diversas Faculdades em São Paulo

Atuação Profissional: Auditora da Price Waterhouse Auditores Independentes, Auditora Fiscal da RFB - Previdência (1987) fiscalizações externas. Atualmente aposentada.



Atuação sindical e associativa: membro do Conselho de Representantes do Sindifisp-SP e da ANFIP-SP, Presidente da Frente Nacional dos Auditores em Defesa da Paridade, desde 2016. Eleita Conselheira Fiscal do Sindifisco Nacional para o triênio (2022-2024). Participou de diversas edições do CONAF e Plenárias Nacionais, bem como Trabalho Parlamentar. No último CONAF de novembro de 2023, foi autora das seguintes Teses: 1) REAJUSTE URGENTE DA CATEGORIA DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL aprovada com expressiva maioria de votos pelo Plenário. 2) Paridade do Aposentado no Bônus de Eficiência sem escadinha. 3) O Monitoramento pelo Sindifisco Nacional para aprovação do Imposto Sobre as Grandes Fortunas na Reforma Tributária. 4) O Trabalho Parlamentar dos Aposentados do Sindifisco Nacional referente a PEC 555/2006, além de outras teses.

A candidata se compromete a lutar pela UNIÃO da Categoria - Ativos e Aposentados – que se encontra dividida, desde 2016, quando dirigentes sindicais ligados à Chapa 1 se atreveram a criar o bônus escadinha para os aposentados receberem menos, a fim de que os ativos recebessem mais. Rose Ane lutará pelo bônus igualitário entre ativos e aposentados, sem diminuição do valor atual recebido pelos ativos. Lutará também para que Ativos e Aposentados recebam o Teto Constitucional.

Prezados filiados do Sindifisco Nacional, dirigimo-nos a vocês para pedir a sua confiança, a sua participação na votação, assim como o seu VOTO na **CHAPA 3 - PARIDADE EFETIVA E VALORIZAÇÃO**.

A eleição sindical se aproxima e, com ela, a oportunidade de mudanças nos rumos que pretendemos dar para enfrentarmos os desafios da nossa categoria.

O futuro que se apresenta é a intensificação do atual cenário político: a retirada de direitos, a exemplo do que ocorreu conosco em 2016, quando o próprio Sindifisco desrespeitou a nossa paridade, as investidas contra as garantias dos servidores públicos, o excesso de gestão, a diminuição do teletrabalho, etc.

Temos que nos UNIR em torno das nossas propostas e das nossas reivindicações.

A luta pela **PARIDADE EFETIVA E VALORIZAÇÃO** traduz a essência de nossa proposta e está também prevista no Estatuto do SINDIFISCO NACIONAL nos Arts. 2º e 3º.

Nossa plataforma vai então ao encontro do que já preconiza o Estatuto do SINDIFISCO NACIONAL, É PRA VALER E NÃO COM PROPOSTAS MENTIOSAS DAS CHAPAS 1 E 2, QUE JURARAM DEFENDER A PARIDADE DOS APOSENTADOS, CONTUDO SOMENTE DEFENDERAM OS ATIVOS. Não vamos enganar a categoria, a exemplo do que fez a Chapa 2 (atual DEN), a qual se comprometeu, em campanha eleitoral, defender a Paridade dos aposentados. Mas, ao contrário, a Chapa 2 se dedicou durante toda a sua gestão à regulamentação do bônus escadinha, endossando o desrespeito à paridade constitucional e dando continuidade a um incomensurável prejuízo financeiro aos aposentados!

Apresentamos a seguir, os principais pontos de nossa proposta de trabalho para ges-

VOTE CHAPA 3 - PARIDADE EFETIVA E VALORIZAÇÃO

tão de 2025 a 2027, frente à direção nacional do Sindifisco Nacional.

I – UNIÃO DA CATEGORIA

O último acordo salarial de 2016, assinado pela Chapa 1, provocou uma lastimável divisão em nossa categoria, com conflitos que quebram a unidade e solidariedade, situação prejudicial a todos. Unidade e solidariedade são valores fundamentais que não se recuperam com discursos abstratos da Chapa 2, mas com práticas efetivas que, certamente, adotaremos com o trabalho parlamentar, as ações judiciais, a negociação com o Governo, etc.

II - SEM DIVISÃO

A Chapa 1 criou a divisão da categoria ao prejudicar os aposentados com o “Bônus Escadinha 35%”. De 2016 para cá, os aposentados tiveram muita perda financeira, a começar pelo bônus de eficiência, que em valores originais, sem juros e sem correção monetária, representa uma perda de cerca de R\$ 360 mil (trezentos e sessenta mil reais)!!! Em 2012, foi formado um grupo de estudo com o objetivo de analisar um projeto de bônus para Ativos e Aposentados com Paridade. Como naquela época já havia muita discussão sobre a “convivência” do bônus com o Subsídio, bem como o recebimento de uma gratificação de eficiência pelos aposentados, o Sindifisco Nacional contratou o jurista Alexandre de Moraes, hoje Ministro do STF, para elaborar um parecer sobre a viabilidade constitucional do recebimento do bônus de eficiência. Tal parecer se transformou num salvo conduto para o bônus. Entretanto, o projeto ficou engavetado por alguns anos, até que em 2016, a DEN, na época sob o comando de alguns candidatos da atual chapa 1 e em conluio com o governo federal, TRAIU os aposentados ao criar a “Escadinha de 35%”, prejudicando a maioria dos sindicalizados (aposentados e pensionistas). Revoltados com a situação, alguns aposentados, dentre os quais Rose Gavinho, candidata desta Chapa 3, criaram a “Frente pela Paridade”. Com a ajuda financeira (vaquinha) de Auditores Aposentados, a Frente pela Paridade conseguiu elaborar 4 emendas parlamentares à MP 765, a saber: a) Uma emenda do Deputado Federal,

Osmar Serraglio, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados; b) Duas emendas pela Paridade do Deputado Federal, Arnaldo Faria de Sá; e c) Uma emenda do Deputado Federal, Gilberto Nascimento.

Enquanto isso, o Sindifisco Nacional da época (Chapa 1) levava cerca de 200 ativos toda semana ao Congresso Nacional para aprovar a escadinha, prejudicando os aposentados, deliberadamente, já que aquela DEN (Chapa 1) defendia que os ativos deveriam ganhar mais e aposentados menos.

A traição da Chapa 1, em 2016, levou o deputado Gilberto Nascimento e o líder da Câmara dos Deputados, Aguinaldo Ribeiro, a se desculparem, no Plenário da Câmara, com a colega Rose Ane e com os demais colegas aposentados da Frente Pela Paridade, pelo acordo que a DEN do Sindifisco Nacional (Chapa 1) firmou com o Governo para prejudicar os aposentados, posto que foi ferido o Art. 37 da Constituição Federal que garante o direito à paridade.

III - VALORIZAÇÃO DO CARGO

A administração da Receita Federal, se excedendo em sua gestão, cerceando a autonomia e o poder do Auditor-Fiscal, criando metas excessivas, desvaloriza a própria RFB. Medidas como restrição de acesso a sistemas, estabelecimento de metas desvinculadas da finalidade institucional, proteção de pessoas politicamente expostas, concentração do poder de decisão nos cargos em comissão, programação fechada com escopo definido, entre outras, servem para colocar os Auditores-Fiscais em uma posição de inferioridade em relação ao staff de gestão.

PROPOSTAS:

- Melhorar as condições de trabalho, garantir o exercício pleno das prerrogativas legais ao cargo de Auditor-Fiscal, assegurar remuneração condizente com a complexidade da nossa função e preservar as atribuições privativas.

- Acompanhar e combater os atos e orientações normativas que sejam prejudiciais ao exercício pleno das atribuições do cargo.

VOTE CHAPA 3 - PARIDADE EFETIVA E VALORIZAÇÃO

- Incentivar e implementar ações para aprovação da LOF - Lei Orgânica do Fisco.

- Defender a RFB, a Previdência Social e a Aduana, como órgãos de proteção da sociedade.

- Defender o teletrabalho.

- Resgatar a ESAF para treinamento dos auditores, etc.

IV - QUESTÃO REMUNERATÓRIA

A abordagem da questão remuneratória nos remete, primeiramente, a constatação de que atualmente os Auditores-Fiscais estão submetidos a diferentes regimes previdenciários, nem todos com direito à paridade. Infelizmente, a criação do Bônus de Eficiência, ao quebrar a paridade para os colegas que têm esse direito constitucional (90% da categoria), potencializou essas diferenças e nos conduziu a uma profunda divisão.

Não obstante as críticas que parcela significativa da categoria tem a respeito do processo de deliberação, o que vigora é o bônus da discórdia.

A mobilização desencadeada em 2023 pela categoria teve como objetivo a regulamentação do bônus em 2024, nos termos do acordo de 2016, com a manutenção da escadinha para os aposentados.

A questão do bônus escadinha dos aposentados e dos ativos novos, recém ingressos na categoria, não estará resolvida, o que evidencia a necessidade de união de esforços para sua efetiva eliminação, e, neste particular, a **CHAPA 3 - PARIDADE EFETIVA E VALORIZAÇÃO** é a que melhor tem condições de conduzir esse processo, e reconduzir a categoria a unificação entre ativos e aposentados.

O CDS de maio/2024 aprovou, por 65 votos a favor, o bônus igualitário para ativos e aposentados, contudo a Chapa 2 até hoje não fez nada para implementar o Bônus. No CDS de fevereiro de 2024, Rose Ane ressaltou as coisas erradas que a Chapa 2 estava fazendo em prejuízo dos filiados, especialmente às ações judiciais: GAT, ação coletiva da Paridade dos

aposentados, anuênios, acordo da Gifa, etc. Lembramos que a candidata ao Jurídico pela CHAPA 3, Bia, que é diretora Jurídica da ANFIP e resolveu a ação da GIFA para os previdenciários, os quais já receberam seus precatórios, pela sua experiência e conhecimento da matéria, certamente, não envidará esforços para agilizar a ação da GIFA para os fazendários.

V - JURÍDICO ATUANTE

A CHAPA 3 - PARIDADE EFETIVA E VALORIZAÇÃO tem como objetivo lutar por um jurídico atuante, defendendo os filiados com presteza.

A chapa 2 (Resgate do Cargo) perdeu muitas ações judiciais por incompetência. Tais como:

a) a Ação da Paridade foi perdida de propósito pela Chapa 2, pois apesar dos apelos da gerente do Jurídico, Dra. Priscila, ao diretor jurídico, Cleber Magalhães, o jurídico não instruiu o processo com o acórdão do Sindireceita do TRF 1. O diretor jurídico sequer ouviu a Conselheira Fiscal do Sindifisco, Rose Ane, que em várias oportunidades o alertou sobre a importância de o jurídico anexar a decisão favorável do Sindireceita, posto que os julgadores eram os mesmos desembargadores do TRF 1, que decidiram favoravelmente à ação de paridade do Sindireceita. Por isso não há dúvida de que o jurídico da atual DEN (Chapa 2) fez questão de perder a ação da paridade.

b) A Chapa 2 perdeu a ação da GAT o que pode acarretar a condenação de cerca de R\$ 100 mil, para cada exequente, referente a custas e honorários. O diretor jurídico, Cléber Magalhães disse expressamente no ENAP que não pagará as custas e honorários dos exequentes, o que gerará mais prejuízo aos aposentados.

c) A ação de anuênios se encontra sobrestada. Ganhamos, mas não levamos.

d) Falta de acordo da GIFA dos fazendários.

e) Não recebemos nem mesmo a ação dos 3,17%, por puro descaso.

A Chapa 2 teve uma péssima atuação jurídica e a CHAPA 3 pretende criar um jurídico

VOTE CHAPA 3 - PARIDADE EFETIVA E VALORIZAÇÃO

atuante e responsável, com advogados competentes para não perder as ações judiciais dos filiados.

VI - OUTRAS PROPOSTAS DA CHAPA 3

- Intensificar o diálogo com toda a categoria, os debates e as discussões democráticas, para que possamos alcançar um entendimento comum sobre a direção a tomar e as lutas que devemos empreender.

- Estimular e criar condições para o trabalho conjunto com as demais entidades representativas da categoria, na defesa dos direitos e interesses comuns.

- Criar ou manter espaços de integração como seminários, encontros regionais e nacionais, reuniões de trabalho e grupos de estudo.

- **JURÍDICO ATUANTE** - buscar alternativas para os ativos, aposentados e pensionistas poderem acompanhar mais facilmente as ações judiciais em andamento

- Pleitear e trabalhar politicamente junto à administração da Receita Federal e do Ministério da Fazenda criação/retorno de uma escola de Governo nos moldes da ESAF, indevidamente extinta, específica para a Carreira de Auditores da Receita Federal, visando o desenvolvimento e aperfeiçoamento do cargo de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, bem como para ministrar o curso de formação de novos Auditores Fiscais.

- Lutar e usar todas as ferramentas disponíveis para alteração do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, a fim de adequá-lo ao Código Tributário Nacional e às Leis Ordinárias que tratam das atribuições de nosso cargo, de tal forma que o Auditor-Fiscal possa, efetivamente, ter o exercício pleno de suas prerrogativas legais, bem como remuneração digna.

- Buscar interlocução com as entidades representativas dos fiscos federal, estaduais e municipais para lutarmos politicamente, com trabalho parlamentar, por propostas comuns, inclusive propostas de inclusão/alteração legislativa, a exemplo da LOF - Lei Orgânica do Fisco.

- Buscar alteração das normas internas da Receita Federal do Brasil para estipular mandato fixo e período de quarentena efetivo para todos os ocupantes de cargos comissionados, com o intuito de oxigenação da Administração e retorno dos que ocupam cargos ou funções comissionadas para as bases.

- Aumentar a transparência da gestão dos recursos, com a criação de área específica dos contratos, suas atualizações e resultados, assim como os demonstrativos de utilização e saldos atualizados de todas as contas.

- Otimizar o trabalho parlamentar organizando e planejando as ações de forma eficaz e proativa, além de oferecer aos Auditores-Fiscais voluntários capacitação para uso de redes sociais e de ferramentas necessárias para a realização desse trabalho no novo contexto em que vivemos.

- Fortalecer os convênios e planos de saúde existentes.

VII - PROPOSTAS E PLANOS DE LUTAS

1. Pagamento do Bônus Igualitário

- Proposta: Garantir o pagamento do bônus de eficiência de forma igualitária para todos os auditores fiscais, incluindo os recém nomeados, os da ativa e os aposentados/pensionistas. Sem diminuição do valor pago aos ativos, aumentando o percentual do Fundaf ou aumentando a sua base de cálculo, incluindo a multa de mora que, ao contrário da multa de ofício, não ofende o princípio constitucional da impessoalidade, por ser paga espontaneamente pelo contribuinte.

- Justificativa: A inflação atinge todos de forma igual, diminuindo o poder aquisitivo do salário de todos. É necessário garantir que todos recebam o bônus para repor essas perdas inflacionárias.

- Observação Importante: Colegas, não sei se vocês sabem, mas o bônus paritário interessa a todos os aposentados e aposentáveis, seja de que regime for: Paridade, Média e RPC. Essa informação é preciosa, posto que alguns da Chapa 1 e apoiadores têm

VOTE CHAPA 3 - PARIDADE EFETIVA E VALORIZAÇÃO

disseminado a ideia equivocada de que tirar a escadinha do bônus não interessa aos colegas da média e do RPC. **INTERESSA, SIM!**

2. Atingimento do Teto Constitucional Salarial

- Proposta: Trabalhar para que os auditores fiscais alcancem o teto constitucional salarial o mais rápido possível.

- Justificativa: É fundamental garantir uma remuneração justa e compatível com a importância e responsabilidade do cargo, a exemplo das carreiras de estado que já atingiram esse patamar remuneratório.

3. Reajuste Anual do Vencimento Básico

- Proposta: Implementar um reajuste anual do vencimento básico para repor as perdas inflacionárias.

- Justificativa: A reposição anual é necessária para manter o poder aquisitivo dos auditores fiscais ao longo do tempo.

4. Volta dos Anuênios

- Proposta: Reintroduzir os anuênios, similar ao que ocorre na magistratura federal.

- Justificativa: Os anuênios representam um reconhecimento pela experiência e dedicação dos auditores fiscais ao longo dos anos.

5. Extinção da Contribuição Previdenciária dos Aposentados e Pensionistas

- Proposta: Eliminar a contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas.

- Justificativa: É necessário acabar com o confisco que penaliza aqueles que já contribuíram ao longo de suas carreiras.

6. Defesa do Concurso Público

- Proposta: Manter e reforçar o concurso público como a única forma de ingresso no cargo de auditor fiscal.

- Justificativa: O concurso público garante a imparcialidade e a meritocracia na seleção dos profissionais.

7. Acompanhamento da Gestão Administrativa da Receita Federal

- Proposta: Acompanhar e fiscalizar a gestão administrativa da Receita Federal, buscando intercâmbios profissionais com administrações públicas de outros países, especialmente do Mercosul.

- Justificativa: É essencial garantir uma gestão transparente e eficiente, promovendo a troca de experiências e melhores práticas internacionais.

8. Combate à Discriminação

- Proposta: Combater qualquer forma de discriminação baseada em origem, raça, sexo, cor, idade, opção sexual e outras formas de preconceito.

- Justificativa: Promover um ambiente de trabalho inclusivo e respeitoso para todos os auditores fiscais.

9. Defesa da Previdência Social Pública e Estatal

- Proposta: Defender a previdência social pública e estatal, bem como a justiça tributária e fiscal.

- Justificativa: Garantir que os sistemas previdenciário e tributário sejam justos e que a aduana seja um instrumento de proteção à sociedade.

10. Transparência e Democracia Interna

- Proposta: Promover a transparência nas deliberações, decisões e prestação de contas do SINDIFISCO Nacional.

- Justificativa: A democracia interna participativa é essencial para um sindicato forte e representativo.

11. Realização de Plenárias Setoriais

- Proposta: Realizar plenárias setoriais (fiscalização, tributação, arrecadação, delegacias de julgamento e Carf), virtuais e presenciais, a fim de ouvir e discutir com os auditores/auditoras em atividade nas aduanas

VOTE CHAPA 3 - PARIDADE EFETIVA E VALORIZAÇÃO

e tributos internos, sobre suas condições de trabalho e principais reivindicações.

- Justificativa: Esta proposta é importante para rebater a argumentação preconceituosa de que a Chapa 3 é composta apenas por aposentados e que não tem competência para entender e discutir as principais reivindicações dos colegas da ativa. A Chapa 3 tem, sim, colegas que estão em atividade e trabalharemos de forma colegiada, tomando sempre decisões, coletivamente, ouvindo a categoria e sendo porta-voz de seus justos pleitos.

12. Tributação Justa e Defesa da RFB Republicana

- Proposta: Lutar pelas justas reivindicações de toda a categoria, por uma RFB republicana e pela Justiça Fiscal, com a devida e necessária tributação da distribuição de lucros e dividendos aos acionistas das grandes empresas que, ao contrário dos seus trabalhadores, não pagam imposto sobre a renda.

- Justificativa: A distribuição de lucros e dividendos deve ser tributada para garantir justiça fiscal e uma distribuição equitativa da carga tributária.

13. Resgatar a ESAF para a RFB e para os Auditores implementando cursos de formação profissional.

14. Jurídico atuante: informando corretamente as ações dos filiados.

Essa plataforma visa destacar os principais pontos do programa de lutas da CHAPA 3, com o objetivo de atrair e engajar os filiados nas próximas eleições sindicais.

VIII - POR QUE NÃO VOTO NA CHAPA 2?

Críticas da CHAPA 3 em relação à Chapa 2, candidata à reeleição:

- 1) em quase três anos de mandato não fez nenhum trabalho parlamentar pela paridade;
- 2) não deu a devida importância para fundamentar bem e acompanhar de perto a ação judicial da paridade;
- 3) em nenhuma reunião com o governo colocou a questão da paridade;
- 4) descumpriu o compromisso assumido com os aposentados quando da eleição passada para DEN. Ganharam com os preciosos votos dos aposentados e depois os ignorou.

Certamente, a grande maioria dos aposentados não irá votar na chapa 2.

Por isso, criamos a CHAPA 3 para oferecer a esses colegas uma alternativa de voto em defesa da paridade efetiva e da valorização da carreira como um todo.

Senão, ou não iriam votar, ou votariam nulo, em branco ou até mesmo na chapa 1.

CONCLUSÃO

A equipe que integra a **CHAPA 3 - PARIDADE EFETIVA E VALORIZAÇÃO**, além do foco nos pontos de extrema relevância para a nossa categoria, atuará também com igual determinação nos demais objetivos definidos no Estatuto do Sindifisco Nacional. Conduziremos o Sindifisco Nacional com ética e transparência, promovendo o acompanhamento das ações jurídicas, atentando às questões remuneratórias, à defesa profissional, à realização de cursos, encontros regionais e nacionais, viagens, eventos, convênios e planos de saúde, serviços, consórcio de veículos, e demais atividades, promovendo seu engrandecimento e a realização dos objetivos sindicais. Contamos com a **PARTICIPAÇÃO E UNIÃO DE TODOS OS FILIADOS**.

Um forte abraço dos integrantes da **CHAPA 3 - PARIDADE EFETIVA E VALORIZAÇÃO!**

UNIDOS SOMOS MAIS FORTES.

CANDIDATOS CHAPA 3



1º VICE-PRESIDENTE

Paulo Ramos Filho – Brasília – Ativo

Graduado em Economia Quantitativa pela AEUDF (1977), com especialização em Engenharia Econômica pelo ICAT/UDF (1978) e Mestrado em Economia Matemática pelo IEPE/URFRGS (1980). Ingressou na Receita Federal como Controlador em 1982, atuando na 10ª SRRF na Divisão de Arrecadação. Foi nomeado chefe da seção de Previsão e Análise até 1985. Transferido para Brasília para integrar o Governo de Transição Presidencial, tornou-se chefe da Divisão de Programação do Sistema de Arrecadação (COSAR). Desenvolveu sistemas integrados de previsão para a STN e colaborou na gestão do ITR com a FGV. Coordenou o primeiro PPA (1993-1995) no SEPLAN-PR. De 1994 a 2002: designado Coordenador Geral de Estudos Econômico-Tributários. De 1995 a 2000: Representação Ministerial no Conselho de Administração Fazendária – CONFAZ. De 1995 a 2000: correspondente do Centro Interamericano de Administradores Tributários, com participação em grupos de estudos internacionais, e publicação de livros e artigos em conjunto. Representou o Ministério em reuniões da CAF e CIAT. Foi Assessor de Assuntos Internacionais (2000-2006). Participou ativamente de atividades sindicais, campanhas eleitorais, atividades parlamentares em Brasília, e greves nacionais.



2º VICE-PRESIDENTE

Antônio Gonçalves Junior – Taubaté – Ativo

Ativo Natural de Muzambinho, MG, 70 anos, aposentou-se em junho de 2017 e atividade em dezembro de 2023, na Delegacia da Receita Federal de São José dos Campos, na área de RDC de PIS/COFINS. Atividades anteriores nas seções de Fiscalização e de Controle e Acompanhamento Tributário da Delegacia da Receita Federal de Taubaté, na Alfândega de Guarulhos, e na fiscalização da Previdência Social em Taubaté e Brasília. Admissão em abril de 1987 como Fiscal de Contribuições Previdenciárias. Formação acadêmica: Engenharia Química, 1980, Lorena, SP. Atividades sindicais: Delegacia Sindical de Taubaté, na presidência da Diretoria Executiva, desde 2019, onde idealizou e criou a primeira Comissão de Aposentados do SINDIFISCO Nacional.



SECRETÁRIO-GERAL

Luiz Carlos Alves – Rio de Janeiro – Aposentado

Carioca, 66 anos, é formado em Ciências Econômicas pela UERJ (1985). Ingressou como Auditor-Fiscal da RFB em 1992 na DRF Santo André, atuando na tributação e fiscalização. Em 1994, foi transferido para a Alfândega do Porto do Rio via concurso de remoção, trabalhando na tributação. Com a criação das delegacias de julgamento em 1995, tornou-se julgador na delegacia do Rio para processos de imposto de renda da pessoa jurídica até 2003, quando foi transferido para a tributação da DRF Rio de Janeiro, onde se aposentou em 2019. Desde 1992 participa ativamente dos movimentos reivindicatórios da categoria, atuando na base e nos comandos de mobilização local e nacional. De 2016 a 2018, foi Diretor-Adjunto de Relações Intersindicais e Assuntos Parlamentares da Delegacia Sindical do Rio de Janeiro. Foi autor da proposta de subsídio que garantiu a paridade de remuneração entre ativos e aposentados/pensionistas de 2008 a 2016.

CANDIDATOS CHAPA 3



DIRETOR-SECRETÁRIO

Gilberto Lazzarotto de Oliveira – Florianópolis - Ativo

Atua em Florianópolis e é especialista na análise de pedidos de restituição de CPSS indevida sobre precatórios. Formado em Administração de Empresas pela UFRGS, ele desempenhou diversos cargos ao longo de sua carreira. Foi membro do Conselho Fiscal da Fundação ANFIP por duas gestões e do Conselho de Representantes da ANFIP-RJ (2004/2005). Atuou como Vice-Presidente do SINDIFISP e ANFIF-SC (1998/2003) e como Diretor da SESCON-RS (1983/1991). Também foi Diretor da Escola Contábil Medianeira em Porto Alegre (1982/1984) e Delegado de Controle de Licitações em Porto Alegre (1981/1983). Como Conselheiro do Conselho Regional de Contabilidade/RS (1980/1984) e Tesoureiro da FRACAB RS (1978/1980), acumulou vasta experiência. Além disso, tem trabalhos publicados, como "Direito de Greve do Servidor Público" (2007) e "Observatório Social: Combater a Corrupção" (2013), e contribuiu para a edição da IN RFB nº 1.643/16.



DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

David Ramos Campos – CAMPINAS/JUNDIAI – Aposentado

Formado em Ciências Contábeis e Psicologia, com especialização em Direito Tributário, ingressou na Previdência em 1993. Trabalhou no CEORT e aposentou-se em 2020. No campo sindical, atuou como representante no Conselho de Representantes do SINDIFISP- SP e participou ativamente de diversos congressos da Previdência, como o CONEFISP, onde apresentou teses que beneficiaram toda a categoria. Participou de CONAFs e Plenárias, demonstrando sua dedicação à melhoria das condições de trabalho e à defesa dos direitos dos trabalhadores. Além disso, David é reconhecido como um expert em trabalho parlamentar, utilizando sua experiência para influenciar positivamente as políticas que afetam a classe dos auditores fiscais. Seu compromisso com a justiça e equidade continua a inspirar seus colegas e a fortalecer a categoria.



1º DIRETOR-ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Ariovaldo Cirelo – São Paulo – Aposentado

Auditor-fiscal aposentado, natural de São Paulo, bacharel em Administração de Empresas e Direito, com pós-graduações em Administração Hospitalar, Análise de Sistemas, Gestão Tributária e Direito do Trabalho e Previdenciário. No INSS, atuou como Auditor-Fiscal, assessorando o Coordenador de Fiscalização e contribuindo na implementação dos programas GIRAFÁ e PIAF. Foi Assessor Jurídico da Procuradoria da Previdência Social e professor de Direito do Trabalho e Previdenciário na Faculdade Capital. Trabalhou como advogado do Senar e atua como advogado autônomo. Na ANFIP-SP, ocupou várias diretorias, incluindo Jurídico, Divulgação, Finanças e Executivo, e foi presidente por três gestões. Na ANFIP nacional, exerceu a Vice-Presidência de Serviços Assistenciais por 7 anos. Também foi Conselheiro do SESC/SENAC.

CANDIDATOS CHAPA 3



2º DIRETOR-ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Eziqriel Rodrigues da Costa – Sorocaba – Aposentado

1980 a 1989 - Agente Administrativo da Previdência Social (INSS e IAPAS)
1989 a 1993 - Técnico Judiciário e Oficial de Justiça Avaliador do TRT 15 de Campinas SP
1993 a 2007 - Auditor Fiscal da Previdência Social
2007 a 2014 - Auditor Fiscal da RFB (Aposentado em 2014)
2019 a 2021 - Presidente da DS Sorocaba onde teve uma atuação brilhante



DIRETOR DE ASSUNTOS JURIDICOS

Manoel Rodrigues Moreira – Ribeirão Preto – Aposentado

Formado em Ciências Econômicas e Direito, ingressou na Previdência em 1983, onde atuou como auditor e chefe de grupo, até se aposentar em 2009. Ao longo de sua carreira, destacou-se por sua participação ativa na luta sindical, especialmente na defesa dos direitos dos aposentados. Suas ações no movimento sindical foram marcadas por um forte compromisso com a justiça social e o bem-estar dos colegas, sendo reconhecido por sua habilidade em navegar no complexo cenário político. Como expert em trabalho parlamentar, desempenhou um papel fundamental na articulação de estratégias e na promoção de políticas que beneficiaram a categoria dos auditores e segurados. Seu trabalho incansável em prol da classe trabalhadora reflete sua dedicação à construção de um ambiente de trabalho mais equitativo e justo para todos os envolvidos.



1ª DIRETORA-ADJUNTA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Maria Beatriz Fernandes Branco – São Paulo – Aposentada

Paulista, formada em Artes Plásticas (1973) pela Faculdade de Belas Artes de São Paulo, Pedagogia (1977) pela Faculdade de Ciências e Letras de Registro e Direito (2000) pela UNIP. Foi professora, diretora de escola e auditora-fiscal a partir de 1987. Ingressou na GRAF Santo Amaro, trabalhou na Gerência Executiva São Paulo - Sul e DEFIS-SP. Atuou como Fiscal de Pasta, Fiscal Assistente, Chefe de Grupo, Chefe de Posto de Arrecadação, Gerente Regional e Delegada da Receita Federal do Brasil-Previdenciária. No SINDIFISP-SP, foi Diretora de Comunicação e Jurídica; na Fundação ANFIP, foi Diretora Suplente, de Eventos e Administração. Na ANFIP-SP, exerceu mandatos como Vice-Presidente de Assuntos Jurídicos, Vice-Presidente Executiva, Presidente e Vice-Presidente de Finanças. Atualmente, é Vice-Presidente de Assuntos Jurídicos na ANFIP, pelo terceiro mandato. Aposentou-se em abril de 2010.

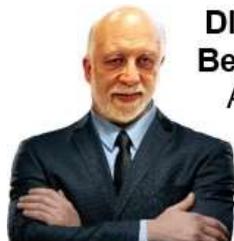


2º DIRETOR-ADJUNTO DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Plínio Rodrigues Lima – Brasília - Ativo

Formado em Engenharia Elétrica (1994) com especialização em Eletrônica pelo IME-RJ (1996), mestre em Engenharia Elétrica pela COPPE-UFRJ (2003), bacharel em Direito pelo UniCEUB (2009), com pós-graduação em Direito Público pela ESMAG-TJDFT (2010) e em Direito Tributário pela Universidade Católica de Brasília (2022). Antes da Receita Federal, foi capitão do Exército no Quadro de Engenheiros Militares e engenheiro na Indústria de Material Bélico do Brasil até 2004. Na Receita Federal, ingressou via concurso público em 2003 pela ESAF, atuou na CODAC (2004-2011) e na COSIT (desde 2011). Serviu como julgador na DRJ01 Brasília de 2015 a 2022 e presidente substituto da 2ª Turma (2017-2021). No CARF, foi conselheiro e presidente na 3ª Câmara da 1ª Seção (2012-2015). Foi candidato à presidência da DS/BRASÍLIA nas eleições de 2021.

CANDIDATOS CHAPA 3



DIRETOR DE DEFESA PROFISSIONAL

Benedito Rodrigues da Costa – Taubaté – Aposentado

Aposentou-se em março de 2023, com último exercício em Guarulhos. Passou a integrar em 2007 os quadros da Receita Federal de Taubaté, em decorrência da fusão entre os fiscos da Previdência e da Receita. Ingressou na fiscalização do INSS em outubro de 1986, e trabalhou antes na Agência da Previdência Social de Campos do Jordão, como Chefe do Serviço de Arrecadação do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social. Exerceu esta atividade desde janeiro de 1976, quando ingressou no Instituto Nacional de Previdência Social. Formação acadêmica: Administração, pela Universidade de Taubaté. Atualmente exerce na Delegacia Sindical de Taubaté o cargo de Diretor de Finanças, o mesmo exercido na gestão anterior. Atuou ainda no triênio de 2016 a 2018, na Diretoria-Adjunta de Defesa Profissional, e como suplente do Conselho Fiscal, na gestão de 2014 a 2015.



DIRETOR-ADJUNTO DE DEFESA PROFISSIONAL

Franklin Emydio Ribeiro – Rio de Janeiro – Aposentado

Carioca, 65 anos, é formado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Moraes Júnior (1983) e pós-graduado pela FGV (1990). Ingressou como Auditor-Fiscal da RFB em 1997 na DRF Uruguaiana, atuando na EAF e no Serviço Aduaneiro. Em 1999, foi removido para o Rio de Janeiro, onde trabalhou na Divisão de Arrecadação da DEINF, DRF Nova Iguaçu, Serviço Aduaneiro, Serviço de Arrecadação, e chefiou o Serviço de Tecnologia e Segurança da Informação. Liderou a DIGEP da 7ª Região Fiscal e, até 2015, atuou na IRF/RJO (atual DECEX) em Fiscalização Aduaneira de Zona Secundária, chefiando o Serviço de Fiscalização 3, Habilitação ao Comércio Exterior e REPETRO. Foi voluntário em operações da DIREP da 7ª RF e está no segundo mandato como Diretor Social da ABAFIA - Associação Brasileira de Auditores Fiscais Aduaneiros.



DIRETORA DE ESTUDOS TÉCNICOS

Marinalva Azevedo dos Santos Braghini – Piracicaba – Aposentada

Ao longo de vários mandatos na Diretoria da ANFIP-SP, sempre me dediquei à defesa dos direitos dos ativos, aposentados e pensionistas. Na diretoria da ANFIP-SP, atuei como Vice-Presidente de Aposentados e Pensionistas, Vice-Presidente de Comunicação, Vice-Presidente de Esportes e Lazer, Diretora de Administração e como Suplente da Fundação. Atualmente, ocupo a Diretoria de Estudos, Planejamento e Projetos, em substituição à Diretora titular. Minha presença tem sido constante nos movimentos patrocinados por nossas entidades, incluindo audiências, atos públicos, congressos e fóruns. Além disso, trabalhei intensamente no Congresso Nacional em prol do trabalho parlamentar, defendendo os interesses da nossa classe com afinco e dedicação, sempre visando à valorização e proteção dos direitos dos auditores fiscais.

CANDIDATOS CHAPA 3



DIRETOR-ADJUNTO DE ESTUDOS TÉCNICOS

Marcelo de Athayde Ferreira – Rio de Janeiro – Aposentado

Natural do Rio de Janeiro (RJ), é graduado em Ciências Políticas Econômicas pela Faculdade Candido Mendes. Completou pós-graduação na Escola de Economia Teórica e Aplicada da Fundação Getúlio Vargas (FGV/RJ). Assumiu o cargo de Controlador da Arrecadação Federal (CAF) em 16/12/1982. Em 1983, integrou a Supervisão de Acompanhamento e Análise da Arrecadação na DRF Vitória (ES) até 1984. Posteriormente, ingressou na Divisão de Arrecadação da Superintendência do Rio de Janeiro (1984-1985). Entre 1985 e 2005, atuou na Inspeção da Receita Federal do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro (AIRJ), destacando-se na fiscalização aduaneira. De 2006 a 2012, trabalhou na Fiscalização Aduaneira da Delegacia da Receita Federal em Macaé, onde se aposentou. Ao longo de sua carreira, Marcelo contribuiu significativamente para a gestão e análise da arrecadação federal e para a fiscalização aduaneira, demonstrando compromisso e excelência em suas funções.



DIRETORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Margarida Lopes de Araújo – Araçatuba - Aposentada

Auditora Fiscal aposentada, natural de Bilac/SP, Bacharel em Letras e Direito pela UNITOLEDO, em Araçatuba-SP. Em 2006, OAB/SP 144.705. MBA em Previdência Social Pública pela Universidade de Brasília. Ingressou na Previdência Social, por concurso público em 1975. Assumiu como Auditora Fiscal em 1986. Aposentou-se no cargo de AFRFB em 2005. Atuou no Conselho Executivo da ex-APAFISP de 1992 a 1997, tendo sido a primeira Presidente mulher, no biênio 94/95. Em 2012, assumiu pela quarta vez a presidência da ex-APAFISP, hoje ANFIP-SP. Enquanto Presidente da ANFIP-SP, participou do Conselho de Representantes da ANFIP em todos os períodos mencionados. Na ANFIP, atuou como Vice-presidente de Cultura Profissional (97/98) e de Assuntos Jurídicos por 3 mandatos, período de 1999/2005, quando organizou os Fóruns Jurídicos anuais, cujos debates com eminentes juristas priorizaram a defesa dos princípios constitucionais e a garantia dos direitos dos servidores públicos. Primeira Presidente eleita pelo voto direto, assumiu como Presidente do Conselho Executivo da ANFIP, na Gestão 2013-2015. Diretora de Assuntos Jurídico da ANFIP/SP desde 2016. Foi Coordenadora do Conselho Fiscal da ANFIP no período 2018/2019, e Presidente da Fundação ANFIP por dois mandatos, período 2020/2023. Atualmente é Vice-Presidente de Serviços Assistências na ANFIP no biênio 2024/2025 e foi eleita para o Conselho de Administração-CONAD da GEAP- Saúde para o triênio 2024/2027.



DIRETOR-ADJUNTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Maria do Carmo Lopes e Silva – Ribeirão Preto – Aposentada

Maria do Carmo Lopes e Silva é formada em Letras, aposentada de Ribeirão Preto, com uma notável carreira como auditora. Ingressou na Previdência em 1986, ocupando o cargo de Fiscal de Contribuições Previdenciárias e posteriormente assumiu a posição de Chefe de Grupo de Fiscalização, onde se destacou pela sua liderança e comprometimento com a eficiência e integridade nas práticas fiscais. Após uma carreira bem-sucedida, Maria do Carmo aposentou-se em 1994. Ela é amplamente reconhecida como expert em Trabalho Parlamentar, onde continua a aplicar seu conhecimento e experiência na defesa de causas importantes para a sociedade. Seu compromisso com o trabalho parlamentar e a melhoria contínua das políticas públicas refletiu-se em suas contribuições significativas para a administração pública, tornando-a uma figura respeitada entre seus pares e uma defensora fervorosa dos direitos previdenciários.

CANDIDATOS CHAPA 3



DIRETOR DE ASSUNTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

José Carlos Nogueira Ribeiro – Florianópolis – Aposentado

Residente em Florianópolis, com graduação em Ciências Contábeis e Letras (Espanhol e Inglês). Foi Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil desde 1973, aposentando-se como Secretário Adjunto. Atuou como Chefe de Serviço e Coordenador de Acompanhamento Parlamentar na Secretaria Geral do Ministério da Fazenda. Participou como Assessor do Secretário Geral e Secretário Executivo do COCIFET. É filiado ao SINDIFISCO Nacional e associado da UNAFISCO, ANFIP, e Associação Catarinense dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. Exerceu cargos de Vice-Presidente e Diretor de Assuntos de Aposentados na UNAFISCO Sindical, DS Florianópolis, e na DEN em Brasília. Representou o Brasil na OEA sobre a reforma previdenciária da EC/41. Brasileiro, viúvo, e em união estável.



DIRETOR-ADJUNTO DE ASSUNTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Luiz Carlos Pinto – Amazonas – Aposentado

Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Moraes Junior, do Instituto Brasileiro de Contabilidade, Rio de Janeiro, em 1975. Minha trajetória inclui cargos como Contador, Diretor Financeiro e Gerente Financeiro em empresas privadas e de economia mista. Foi professor universitário na Fundação Jayme de Altavila, no Centro de Estudos Superiores de Maceió, na Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de Maceió, e na Sociedade Universitária Augusto Mota (SUAM), no Rio de Janeiro (1979-1987). Em 1988 tornou-se Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil na Inspeção do Porto de Manaus, focando em tributos de comércio exterior. Transferido para a Delegacia da Receita Federal em Manaus, atuou na fiscalização de tributos internos, supervisionando equipes e liderando a Chefe da Fiscalização. Aposentou-se em janeiro de 2024, após uma carreira marcada por ética e profissionalismo, orgulhoso de minhas contribuições ao serviço público.



DIRETOR DO PLANO DE SAÚDE

José Mário Ribeiro da Costa – Florianópolis – Aposentado

Residente em Florianópolis, é contador e economista com especializações em Pedagogia Profissional em Finanças (Alemanha) e Análise de Projetos (Sudene/OEA - Recife PE), além de mestre em Auditoria Contábil pela FGV (RJ). Iniciou sua carreira como Agente Fiscal do Imposto de Consumo em 1967, onde foi supervisor da equipe de pesquisas e programas de fiscalização, chefe-substituto da divisão de programação e supervisor nacional do programa de treinamento para fiscais da ESAF. Atuou como presidente do Sindicato dos Contabilistas do Maranhão e da UNAFISCO, e foi superintendente executivo da ASSEFAZ. No setor privado, foi contador-chefe da Companhia Brasileira de Óleos e diretor-presidente da TELMA. Também é professor fundador da Universidade Estadual do Maranhão, Universidade do Distrito Federal e Universidade Católica de Brasília. Seu legado é marcado pela liderança e contribuição significativa na educação e no serviço público.

CANDIDATOS CHAPA 3



DIRETOR-ADJUNTO DO PLANO DE SAÚDE

José Vianey Feitosa – Bauru – Aposentado

Natural de Aiuába-CE, é formado em Administração de Empresas, Ciências Contábeis e Direito (OAB 364156). Possui pós-graduação em Administração de Empresas com ênfase em Recursos Humanos. Trabalhou no Banco do Brasil de 1983 a 1993, adquirindo experiência valiosa no setor financeiro. De 1993 a 2007, atuou como Auditor da Previdência Social, onde exerceu funções no GOI, Supervisão de Informática, foi julgador tributário e chefe de Seção de Análise e Julgamento, tendo trabalhado em São Paulo-Pinheiros e Bauru. De 2007 até sua aposentadoria em fevereiro de 2015, foi Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil. Aposentou-se em 10 de fevereiro de 2015 pela Delegacia Sindical de Bauru. Ao longo de sua carreira, Vianey demonstrou habilidades excepcionais em gestão e auditoria, contribuindo significativamente para o serviço público.



DIRETORA DE ASSUNTOS PARLAMENTARES

Rosana Marques Paulon – São Paulo – Aposentada

Nascida em São Paulo (SP), 65 anos, residente em Caraguatatuba, SP, arquiteta(1982) e bacharel em Direito(2000) por Un. Mackenzie/SP. É especialista em Direito Previdenciário e Eletrônico, MBA em Gestão de Processos na FGV-Brasília(2003) e Mestre em Relações Internacionais pela Universidad Pompeu Fabra, Espanha (2005). Fluente em inglês, espanhol, francês e italiano. Rosana atua em arquitetura e urbanismo desde 1982, além de ser gestora e ativista em políticas públicas ambientais. Como auditora fiscal desde 1.993 trabalhou em São Paulo, Campinas, Brasília e Viracopos até 2.009. Foi Vice-Presidente de Finanças da APAFISP (2009/10) é integrante do NEF da FGV-SP. Palestrante em congressos e escritora de publicações jurídicas e poéticas, destacando-se suas obras como "informática & Internet Aspectos Legais Internacionais. Em 2.004 foi admitida na Poetry Society of America. Conselheira Municipal de Cultura em Caraguatatuba/SP. Desde sempre em ativismo parlamentar e apresentação de teses junto a Sindicatos e Associações regionais e nacionais da categoria profissional em defesa de direitos PEC 555/, PEC 6 e demais.



DIRETOR-ADJUNTO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES

Sérgio Furlan – Florianópolis – Aposentado

Aposentado e atualmente residente em Florianópolis. Filiado ao SINDIFISCO desde sua fundação em 1988 e à antiga UNAFISCO Associação desde 1980. Trabalhou nas Delegacias Fiscais da Receita Federal em Uruguaiana, Pelotas, e Caxias do Sul, RS. Atuou em defesa dos Auditores Fiscais como Presidente da Secional em Pelotas (1982-1988) da UNAFISCO Nacional, foi Vice-Presidente da DS Caxias do Sul, e Diretor de Aposentados da DS Joinville e Florianópolis. Atualmente, é Conselheiro do Conselho Fiscal da DS Florianópolis. Autor do livro "Moeda Forte Latin – igual ao Euro – para o Brasil", publicado pela Editora Viseu e disponível nas livrarias brasileiras a partir de 15 de agosto. O livro propõe soluções para corrigir o descompasso da economia brasileira, onde poucos ganham muito e muitos ganham pouco.

CANDIDATOS CHAPA 3



DIRETORA DE RELACOES INTERNACIONAIS E INTERSINDICAIS

Teresinha de Jesus da Silva Pinheiro – Brasília – Aposentada

Possui graduação em Economia e pós-graduação em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UNB). Acumula experiências profissionais nos Ministérios das Minas e Energia e dos Transportes, bem como na Secretaria de Fazenda do Distrito Federal. Além disso, é fluente em inglês e espanhol, o que amplia sua capacidade de comunicação e atuação em ambientes internacionais. Ao longo de sua carreira, Teresinha destacou-se pela competência técnica e pela dedicação ao serviço público, trazendo contribuições significativas em todas as áreas onde atuou. Seu perfil profissional é marcado pela ética, compromisso e pelo constante aprimoramento de habilidades, especialmente na análise fiscal e em questões internacionais.



DIRETOR DE DEFESA DA JUSTIÇA FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DE POLÍTICAS SOCIAIS E DE ASSUNTOS ESPECIAIS

Luís Sales Barbosa – Ribeirão Preto – Aposentado

É aposentado e reside em Ribeirão Preto, onde atuou como Diretor de Defesa da Justiça Fiscal, Segurança Social, Políticas Sociais e Assuntos Especiais. Formado em Ciências Econômicas, iniciou sua carreira na Previdência em outubro de 1983, onde demonstrou excelência e dedicação ao longo dos anos. Durante sua trajetória, alcançou o cargo de Chefe de Grupo de Fiscalização, posição que ocupou até sua aposentadoria em 2012. Sua liderança e habilidade para gerir equipes contribuíram para o fortalecimento dos processos de fiscalização e para a implementação de práticas mais eficientes no serviço público. Além disso, Luís Sales Barbosa é amplamente reconhecido como expert em trabalho parlamentar, usando sua experiência para influenciar positivamente a elaboração de políticas públicas que promovem a justiça fiscal e o bem-estar social. Sua carreira é marcada por um compromisso inabalável com a justiça e a melhoria contínua das práticas previdenciárias.



DIRETORA SUPLENTE

Maria Terezinha Cruzeiro Calderon – Sorocaba – Aposentada

Maria Terezinha Cruzeiro Calderon, natural de Macatuba/SP e residente em Sorocaba/SP, é graduada em Artes Práticas pela Faculdade de Ciências e Letras de Sorocaba, com complementação em Engenharia Operacional. Ingressou como Fiscal de Contribuições Previdenciárias por concurso em 1985, atuando na fiscalização de empresas de pequeno a grande porte. Trabalhou no Núcleo de Orientação ao Cliente e encerrou suas atividades como Chefe de Serviço de Fiscalização na Gerência Executiva de Sorocaba, aposentando-se em 08/2002 sob a EC-20/1998, com direito à paridade e integralidade. Participou ativamente de atividades sindicais, desde a criação do sindicato dos funcionários públicos, representando a Região Fiscal e integrando a Diretoria do SINDIFISP-SP. Após a fusão da Receita Previdenciária e Receita Federal, continuou na militância sindical, fazendo parte da Diretoria em duas gestões na DS-Sorocaba. Sua participação na chapa 3 visa lutar por uma instituição que represente toda a categoria em igualdade.

CANDIDATOS CHAPA 3



DIRETORA SUPLENTE

Rosely Machado Gavinho – Rio de Janeiro – Aposentada

Formada em Ciências Econômicas, ingressou na Receita Federal em 1988, atuando na fiscalização do IPI e do Imposto de Renda Pessoa Jurídica até sua aposentadoria em 2009. No campo sindical, representou o sindicato em Uruguaiana e a UNAFISCO Associação, destacando-se como uma das fundadoras da Frente pela Paridade, em defesa dos direitos dos aposentados ameaçados pela Chapa 1. Criadora do grupo no Facebook "SINDIFISCO SOMOS NÓS", que reúne cerca de 5.000 integrantes, ela é uma figura proeminente na defesa dos direitos da categoria. Desde 2016, atua corajosamente na Frente pela Paridade e tem sido fundamental na criação de diversos grupos de WhatsApp para fortalecer a comunicação entre os colegas. Além disso, é considerada uma expert em Trabalho Parlamentar, usando sua experiência para influenciar positivamente políticas que afetam a classe dos auditores fiscais, sempre em prol da igualdade e justiça para os aposentados.



DIRETORA SUPLENTE

Celeste Aparecida da Silva Trevizani – São Paulo – Aposentada

Bacharel em Biologia. Ingressou na Previdência Social em 1987. Trabalhou na delegacia de Taubaté, e ainda em São Paulo, nas delegacias de Pinheiros e Tatuapé, onde atuou como Chefe de Grupo. Aposentou-se em 2014. É uma das fundadoras do SINDIFISP da Previdência em Taubaté, criado em 1990, e trabalhou ao lado de Toninho, o atual presidente da Diretoria Executiva da DS Taubaté. Realizou importantes trabalhos parlamentares e sempre se destacou por sua dedicação à melhoria das condições de trabalho e defesa dos direitos dos trabalhadores da Previdência. Atualmente, é Diretora Suplente da DS São Paulo, onde continua a contribuir ativamente para a associação, aplicando sua vasta experiência e conhecimento em benefício dos colegas e da comunidade. Celeste é conhecida por seu compromisso com as causas sindicais e pelo apoio constante à defesa dos interesses dos auditores fiscais, em especial os aposentados.

